
OLIVEIRA (de), Luis Eduardo. Os trabalhadores e a cidade: a formação do proletariado de Juiz de Fora e suas lutas por direito (1877-1920). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

*Oswaldo Batista Acioly Maciel **

Nas origens da história do trabalho de perfil acadêmico na historiografia brasileira, a relação entre formação da classe trabalhadora e espaço urbano foi assunto de destaque. *Trabalho urbano e conflito social*, de Boris Fausto¹, é um bom exemplo disso. Esta relação permaneceu muito forte, produzindo bons frutos, mas ao mesmo tempo impingindo um olhar que por vezes reduzia tanto o alcance analítico acerca do objeto, como desconsiderava uma série de outros aspectos e cenários importantes para uma melhor explicação acerca da história operária no país. A partir desse entendimento, novos espaços e territórios passaram a ser palmilhados pelos pesquisadores. Não obstante, a relação umbilical que se estabelece entre trabalhadores organizados e núcleos urbanos continua muito forte, gerando vívidas polêmicas e controvérsias, como assinala o livro de Antonio de Pádua Bosi².

Assim como este último estudo, Luis Eduardo de Oliveira aguça seu olhar sobre uma cidade do interior mineiro, Juiz de Fora, porém sob perspectiva teórico-analítica um pouco distinta. Oliveira esforça-se em aliar conjuntura e totalidade “à luz de referências teóricas renovadas e flexíveis” (p. 34). Nesse sentido, percebe-se, trabalha com categorias e noções oriundas de matrizes teóricas distintas, como classe, consciência de classe, conflito social e cultura política, dentre outras. Por um lado, este procedimento pode levar a questionamentos mais gerais em relação às bases que iluminaram sua pesquisa. Não obstante, de outro lado – inclusive pelo resultado empírico operacionalizado ao longo da pesquisa –, percebe-se que ele resolve a contento problemas que eventualmente surgem neste tipo de opção. Em outras palavras, o estudo em tela comunga de uma perspectiva que, apesar de levar em consideração diversos aspectos e procedimentos da história social, não se exime de posicionamento junto à postura política de seu objeto, os trabalhadores aos quais se dirige a pesquisa. Ele não busca, como alguns fazem a todo custo, apenas encontrar

* Universidade Federal de Alagoas e Universidade Estadual de Alagoas

¹ FAUSTO, Boris. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. 3ª ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

² BOSI, Antônio de Pádua. *Reforma urbana e luta de classes – Uberabinha/MG (1888-1922)*. São Paulo: Xamã, 2005.

a lógica justificativa da ação que os sujeitos individuais e coletivos levaram adiante em seu tempo histórico, mas parte também do princípio de que a possibilidade de que o grupo (ou indivíduo) poderia ter se posicionado de forma distinta, eventualmente mais aguerrida e, por assim dizer, classista, precisa ser colocada em questão em algum nível da escrita.

A tese central do livro relaciona o desenvolvimento da economia regional e da expansão urbana da cidade de Juiz de Fora (a *Manchester Mineira*) com o processo de organização do proletariado da cidade, que leva à construção tanto de uma tradição associativa como de uma consciência de classe. Desdobrando esta tese central em um conjunto substancial de argumentos que reforçam a linha interpretativa mais geral, o livro é dividido em duas grandes partes, cada uma com dois capítulos. Na primeira parte o foco central é a forma como a modernização conservadora da região constrói o núcleo urbano de Juiz de Fora, particularmente ao longo da segunda metade do século XIX, e fornece os condicionantes para se entender a formação inicial do seu proletariado. Já na segunda parte, as lentes sofrem um deslocamento de 180 graus, e a classe trabalhadora ganha o primeiro plano. Agora, é a construção de uma cultura associativa operária e de luta entre as classes que serve de ponto para se discutir como as *classes conservadoras* do período tentam ordenar a cidade e, por conseguinte, o mundo do trabalho. Nesta segunda parte, o período abordado já é privilegiadamente o republicano, fazendo com que se mantenha a linearidade mais ampla do processo histórico pesquisado.

Antes de me debruçar em questões que julgo serem centrais na obra, como as questões relativas ao par *trabalho escravo/juridicamente livre* e às tradições organizativas e mobilizadoras dos trabalhadores, é preciso tocar, mesmo que sumariamente, na documentação compulsada, bem como nos embates historiográficos locais. Cabe notar, de início, que Oliveira se concentra quase que exclusivamente em fontes impressas. Em alguns momentos, considera as evidências/dados empíricos/indícios como se fossem “informações”, sugerindo que estas são recolhidas sem maiores elucubrações (ver, por exemplo, as páginas 26, 31/2, 34, 415, dentre outras). De todo modo, é preciso destacar o uso extremamente inventivo e bem-feito de muitas de suas fontes, particularmente a imprensa periódica da época. Para esta fonte, cabe ainda destacar a forma engenhosa de utilização dos anúncios para analisar a evolução dos estabelecimentos industriais e comerciais da região (pp. 114/22), cujos resultados são aliados aos levantamentos encontrados nos almanaques (pp. 127/8).

Quanto às interpretações historiográficas relacionadas ao desenvolvimento histórico de Juiz de Fora, parece-me que o autor desconstrói a versão mais divulgada da “historiografia local”, polemizando ainda com alguns estudos sobre a região (pp. 105/6). Neste ponto, ele destaca a importância da ferrovia para o desenvolvimento do município enquanto polo regional, particularmente após a segunda metade da década de 1870, à medida que a cidade passou a se configurar como um dos principais centros operacionais da “extensa e intrincada malha ferroviária” que se montava na região (pp. 113/4). A partir dos anos 1890 consolida-se uma “estrutura manufatureira” envolvendo tanto setores modernos

(Fiação e Tecelagem etc.) como intermediários (Tipografias etc.) e tradicionais (Chapelarias etc.), que, aliada à cafeicultura, terminou sendo a base produtiva de toda a Primeira República (pp. 129/32). Mesmo levando em conta um incremento no número de estabelecimentos, capital investido e mão de obra ocupada no pós-abolição com a instalação da República, o autor considera que não houve efetivamente um *surto industrial* ou *industrialização*, porém na verdade ocorrera “uma intensificação de um processo de modernização conservadora [que houvera sido] deflagrado muito antes” (p. 133).

Neste ponto, o autor dá sua contribuição a uma das principais tendências da produção historiográfica mais recente da história social do trabalho, qual seja a da confluência e/ou rompimento das barreiras dos estudos que tradicionalmente separavam a história da escravidão da história operária. Ele destaca a importância dada ao trabalho escravo no processo de formação da classe trabalhadora, destinando boas páginas ao tema: “a escravidão desempenhou um papel crucial no dimensionamento do mercado híbrido de mão de obra que, entre as décadas de 1850 e 1880, se conformou de modo gradual no âmbito da cidade de Juiz de Fora” (p. 85). Junto com a presença do escravizado, destaca a leva de imigrantes europeus na conformação de um “mercado de trabalho híbrido e multiétnico” na região, mesmo que em menor monta que em outras áreas do Brasil (p. 108).

Apesar de entrever-se, no livro, a abordagem de uma “transição lenta e gradual para o trabalho livre”, algo que vem sendo criticado ou pelo menos matizado por parte da historiografia mais recente sobre o trabalho, o autor reconhece o quanto este *processo* é “complexo e regionalmente diferenciado” (p. 52), dando uma contribuição significativa para um melhor entendimento deste processo na região estudada. Segundo seus argumentos, no final da escravidão há “uma relativa paridade entre os valores correntes de aluguel de cativos e de compra de força de trabalho de homens e mulheres livres” (pp. 172/3; ver também p. 177). Ao lado dessa interpretação, defende que o trabalho escravo foi utilizado como mão de obra em setores especializados (pp. 66/8). Neste ponto, inclusive, defende que apesar de haver um decréscimo da presença de escravizados em serviços especializados após meados da década de 1860, verifica-se ainda um significativo índice desta persistência escrava para determinados setores (pp. 78/82). Para completar o quadro mais nuançado desta reconfiguração hegemônica das relações de trabalho na região, para o pós-1888 advoga que ocorria uma “generalização e extensão do cativo” que sobrevivera aos “marcos legais”, particularmente através dos “árduos e aviltantes” regimes de trabalho impostos à classe trabalhadora em geral (p. 192). Obviamente, esta situação afetava um pouco menos os artífices especializados, por exemplo, e algumas outras categorias de trabalhadores, porém era importante para se realizar uma caracterização mais geral da classe trabalhadora no período. É neste quadro de “estruturação e expansão do mercado híbrido de mão de obra” (p. 64), em que “o assalariamento capitalista ainda não havia se generalizado” (p. 169), que se forma um proletariado heterogêneo, cuja consciência transita entre a negociação e o conflito, a tradição e a modernidade.

Quando toca nessas questões, a partir da cultura política vivenciada pelos trabalhadores ainda no período escravista, Oliveira enfrenta outra importante frente de estudos da história do trabalho, a da discussão em torno da continuidade das experiências associativas levadas adiante pelos próprios trabalhadores. Segundo seus levantamentos, em inícios do século XX Juiz de Fora possuía 15 associações mutuais, beneficentes e filantrópicas. Realizando “uma reflexão mais geral” acerca desta experiência associativa, particularmente das mutuais e beneficentes, que eram as mais diretamente vividas pelos assalariados da cidade, Oliveira avalia que as *classes conservadoras* tentaram impor um modelo associativo “mutualista e apolítico” ou mesmo infiltrar seus valores e interesses nestas entidades, particularmente através de “concepções e práticas pluriclassistas”, além de promoverem uma “campanha de intimidação ideológica e policial” (pp. 323/5). Portanto, se em determinados momentos ele entende que “beneficência e mutualismo se confundiam sob um direcionamento de natureza paternalista” (p. 301), em outros avalia que, na cultura política que se estabelecia entre os trabalhadores na segunda década do século XX, “*beneficência e resistência* eram faces de uma mesma moeda.” (p. 33; ver também p. 398). A partir de sua escrita (que pode ser entrevista ao longo de todo o livro, porém se concentra em alguns tópicos, como no intitulado “Espírito de associação e mobilizações proletárias em Juiz de Fora no limiar da República”, pp. 299/329), parece-me que o autor produz uma leitura acerca das práticas associativas dos trabalhadores que possui duas dimensões. Primeiramente, este é um fenômeno em que a disputa se dá tanto entre as diversas correntes políticas e ideológicas existentes no meio do operariado, como por meio dos interesses e tentativas de direcionamento e controle que os patrões estabelecem com estas entidades, por vezes calcadas em um paternalismo ora difuso, ora explícito. Desse modo, não é um fenômeno passível de fácil assimilação, devendo a análise contemplar caso a caso. Em segundo lugar, da perspectiva historiográfica que envolve o campo da abordagem sobre o tema, ele oscila entre uma visão positiva e ordeira atribuída a estas manifestações da cultura associativa operária, de matriz marcadamente previdenciária, e outra que filia legitimamente esta experiência ao longo processo de maturação de formas organizativas classistas empreendidas pela classe operária. Nesse sentido, parece-me que o autor estabelece um diálogo com a produção sobre o tema e reflete um pouco dos impasses e conflitos de perspectivas que a historiografia que se debruça sobre o mutualismo também experimenta. De todo modo, é preciso salientar que, em seu tom predominante, o autor considera que

ao lado da promoção de atividades típicas do ‘espírito de associação’ predominante nessa época havia ainda uma preocupação mais geral em transformar o operariado em ator político relevante no cenário social juizforano (p. 327).

Quando adentra o século XX, suas pesquisas encontram algumas correntes que se conflitam entre as formas de organização operárias. Apesar disso, entende que havia uma linha política predominante no movimento operário da cidade que era moderada e que

pode ser exemplificada nas experiências (ou propostas) de organização do Centro Operário de Juiz de Fora (1903) e do Centro das Classes Operárias (1906). Esta postura, para ele, antes de ser condenada como apática ou reformista, deve ser entendida como parte de um longo processo de aprendizagem política: “longe de representar uma prova inquestionável da ‘inconsciência de classe’ daqueles indivíduos, tal opção foi a mais viável, e talvez a única possível, num contexto sociopolítico bastante adverso à movimentação classista do proletariado local” (p. 358).

Numa mudança de tendências ocorrida ao final da primeira década do século XX, afirma que o “espectro da greve geral” passou a rondar Juiz de Fora em 1909, aportando em 1912 (“primeiro embate classista de grandes proporções”, p. 394) e 1920. Além do aumento de salários, melhores condições de trabalho, regulamentação do trabalho infantil/dos aprendizes, redução de jornadas, estava em disputa saber se as relações de trabalho, historicamente ligadas ao espaço privado patronal, passariam a ser reguladas em negociações e acordos com as entidades dos trabalhadores e o Estado. Parece ser em função disso e de outros elementos que o autor entende ter sido no segundo lustro do século XX “que ocorreu a conformação do padrão agremiativo que marcou profundamente a experiência política da classe operária juizforana nas décadas de 1910 e 1920” (p. 420).

A partir desta segunda década do século XX, tal aprendizagem se aprofunda e surgem novos padrões associativos, estratégias de luta e manifestação, consolidando a imagem de um movimento operário em sentido mais estrito. Ao polemizar com a interpretação que outros pesquisadores deram acerca da Associação Beneficente Operária (1918/20), entendida como possuindo um viés colaboracionista, o autor explicita melhor sua postura analítica para esta fase:

a aproximação circunstancial entre lideranças classistas e membros das elites, o estabelecimento de relações regulares e até cortesias entre sociedades proletárias, autoridades e parlamentares, bem como as tentativas patronais de tutelar direta e indiretamente a vida associativa do operariado não constituem ‘aberrações’ ou ‘desvios’ inaceitáveis na trajetória histórica dos trabalhadores. Na verdade, são partes integrantes da complexa experiência política e social do proletariado de Juiz de Fora, assim como de centros urbanos mais importantes, nas primeiras décadas republicanas. Analiticamente, somente podem ser consideradas como evidências irrefutáveis de ‘passividade’, ‘colaboração de classe’, ‘submissão’ e ‘cooptação política’ se forem separadas da dinâmica real da luta de classes e dos diferentes contextos em que ela se desenvolveu nessa época (p. 403).

Portanto, para o autor, esta linha, por assim dizer, “moderada” era o roteiro mais viável para que fossem retomadas as “mobilizações classistas na cidade” (p. 403). Não por acaso, a greve de 1920 será liderada por esta Associação Beneficente Operária. Em outros momentos, Oliveira discute como formas organizatórias de diversas categorias podem ser contra-hegemônicas mesmo realizadas dentro dos padrões estritos da lei e da ordem (pp. 235 e seguintes).

Levando em conta suas pesquisas, fruto de um doutoramento, Luis Eduardo Oliveira reconhece que a “tarefa analítica” para se realizar o *The making of thompsoniano* para Juiz de Fora ainda se encontra “incompleta”, requerendo novos estudos e a colaboração de outros pesquisadores (p. 415). Com o perdão do gracejo e não obstante esta ponderação do jovem pesquisador, os que enfrentarem as quase quinhentas páginas deste *livro que se sustenta em pé* verão não apenas que um grande passo foi dado nesta direção, mas também que, em meio ao descalabro expansionista e quantitativista da pós-graduação brasileira, surgem ótimos resultados como este.